



Seções de Distribuição da JFES passam a funcionar juntas na Av. Getúlio Vargas a partir de 5 de julho

A partir de **5 de julho** as duas seções de distribuição da Justiça Federal do Espírito Santo – **Seção de Distribuição Cível e Criminal (Sedic)** e **Seção de Distribuição dos Juizados Especiais Federais e Execução Fiscal (Sedijef)**, que atualmente funcionam em prédios separados, passarão a funcionar em um mesmo local: **1º andar do Ed. Jerônimo Monteiro, na Av. Getúlio Vargas**.

Já o recebimento e a digitalização das iniciais serão concentrados no térreo do prédio sede, na Cidade Alta, salvo nos casos das ações criminais. Segundo a diretora do Núcleo de Distribuição da JFES, Ana Carla Marques dos Santos Belmiro, como ainda não foi implantado o processo virtual nas varas criminais, não estando sujeitas ao processo de digitalização, as ações criminais continuarão sendo recebidas pela Sedic, em seu novo endereço.

Com a mudança, os telefones das seções também serão alterados para: Sedic (3183-5302), Sedijef (3183-5208), Sedigi (3183-5194), Sepric (3183-5096) e NDI (3183-5206).

Cerca de 50 pessoas participam de palestra internacional na JFES

Aproximadamente 50 pessoas, entre juízes, servidores e outros convidados, tiveram a oportunidade de assistir quarta-feira, 16, à palestra presencial “**Resolução de litígios internacionais contratuais**”, ministrada pelo Dr. Diego P. Fernandez Arroyo, da Universidad Complutense de Madrid, e pelo Professor Alejandro M. Garro, da Columbia University, de Nova York.

Os palestrantes estavam em Vitória participando do Mini-Curso de Inverno em “Arbitragem Internacional e Resolução de Litígios Contratuais”, na Universidade Federal do Espírito Santo e, a pedido do diretor do foro da JFES, juiz federal Ricardos Almagro Vitoriano Cunha, e do coordenador de cursos da Seccional, juiz federal Wilson José Witzel, foram à Justiça Federal capixaba compartilhar seus conhecimentos.



Da esq. p/ dir.: a professora Valesca Raizer Borges Moschen, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Ufes; o juiz federal Wilson José Witzel, coordenador de cursos da JFES; o professor Alejandro M. Garro, da Columbia University, de Nova York, e o Dr. Diego P. Fernandez Arroyo, da Universidad Complutense de Madrid

Ao abrir o evento, Wilson Witzel disse que espera que este seja o primeiro de muitos outros eventos de capacitação realizados em parceria com a Ufes. A coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade, Professora Valesca Raizer Borges Moschen, que também contribuiu para que essa parceria fosse possível, compartilha da mesma opinião: “Há muito tempo tentamos viabilizar uma aproximação maior entre o Mestrado da Ufes e a Justiça Federal, unindo o conhecimento acadêmico à prática jurídica, e estou muito feliz que tenhamos conseguido dar início a esse trabalho”.

Varas em inspeção

De 21 a 25 de junho, será a vez da 2ª VF de Execução Fiscal, do 2º Juizado Especial Federal e da 2ª VF de Cachoeiro de Itapemirim. A programação anual das inspeções pode ser acompanhada no www.jfes.jus.br.

TCU elogia atuação da Justiça Federal do Espírito Santo na construção de sua nova sede

O Tribunal de Contas da União (TCU) destacou a “**larga confiabilidade dos controles internos**” da Justiça Federal do Espírito Santo, em relação à obra de construção de sua nova sede, na Ilha de Monte Belo, em Vitória. O relatório do TCU chama atenção, ainda, para “a condução rigorosa do empreendimento” que vai concentrar todos os serviços do órgão.

Com a expansão da Justiça Federal, parte das varas federais da capital capixaba teve de ser transferida, em 2003, do edifício-sede no bairro Cidade Alta para um outro endereço, no centro da cidade. Além disso, o 3º Juizado Especial Federal (Previdenciário) e o Núcleo Avançado dos Juizados Especiais Federais funcionam no bairro Itararé, e a Seção de Arquivo está instalada num quarto prédio, também no centro de Vitória.

A ideia é que, com a inauguração da nova sede e a centralização dos setores administrativos e das varas e juizados, sejam garantidos aos cidadãos do município mais conforto e facilidade de acesso aos serviços do Judiciário Federal. **Habeas Data - TRF 2ª Região**

Iluminuras entrevista autor sobre Controle de Constitucionalidade

No Iluminuras desta semana você vai conhecer a obra rara “Chronica Del Rey D. João I de boa memória e dos reis de Portugal, o décimo”, publicada em Lisboa, em 1644. O autor, Fernão Lopes, foi o primeiro cronista-mor do Reino de Portugal. A raridade é manuscrita e foi encontrada na biblioteca da Câmara dos Deputados.

O programa mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. São eles: “Elementos de Direito Internacional Público e Privado”, de Thiago José Zanini Godinho, da Editora Atlas; “Código Penal e Constituição Federal 2010”, da Editora Saraiva; e “Processo de Conhecimento”, de Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, Editora Revista dos Tribunais.

O programa inédito vai ao ar na quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: sábado, 18h; segunda-feira, 13h30. O Iluminuras também está no You Tube. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras. Equipe da TV Justiça

“Relações jurídicas patrimoniais e existenciais”: videoconferência dia 21

Anote aí mais um evento da Emarf em junho: Fórum “Relações Jurídicas Patrimoniais e Existenciais”, dia 21, segunda-feira, das 9 às 13 horas. O evento será aberto ao público e haverá videoconferência para a Seção Judiciária do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória).

Magistrados federais devem se inscrever pelo módulo do CAE na Emarf (www.trf2.gov.br/emarf). Servidores e demais interessados podem efetuar suas inscrições pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br ou telefone (27) 3183-5187.

NOTÍCIAS DO CNJ

Cadastro de magistrados, cidadania indígena e medida justa são novos programas do CNJ

A criação de um cadastro nacional de magistrados, o controle do cumprimento de medidas socioeducativas por menores em conflito com a lei e a emissão de registro de nascimento para indígenas são alguns dos novos programas anunciados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta segunda-feira (14/06). O anúncio foi feito pelo presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, durante a sessão comemorativa dos cinco anos de instalação do Conselho. (...).

CNJ comemora cinco anos com assinatura de oito acordos de cooperação

Ao comemorar os cinco anos de criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente do órgão, ministro Cezar Peluso, assinou, nesta segunda-feira (14/06), durante a sessão plenária, oito termos de cooperação técnica, dando continuidade aos projetos já implantados. Entre os convênios firmados, estão projetos para modernização dos cartórios da Amazônia Legal; conservação, restauração e digitalização do acervo dos cartórios de registro de imóveis do Pará e capacitação de magistrados do estado. “A meta é tornar confiáveis os registros de imóveis na Amazônia Legal, onde o problema fundiário é gravíssimo”, explicou o ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ. Segundo ele, tudo o que for necessário, desde a capacitação de magistrados até a adequação de infraestrutura será feito para resolver o problema fundiário da Amazônia Legal. (...)

Conselho incentivará programa de doação de órgãos

Os projetos na área social continuarão em destaque no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que completou cinco anos de existência nesta segunda-feira (14/06). Para comemorar a data, o ministro Cezar Peluso, presidente do CNJ e o desembargador Léo Lima, presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), assinaram termo de cooperação técnica para a implantação do projeto Doar é Legal, que deverá ser adotado por todos os tribunais do país, ficando o tribunal gaúcho responsável pela sua execução. (...) **B oletim diário do CNJ – Veja mais no www.cnj.jus.br**